CONSIDERANDO que as exigências legais foram atendidas mediante a apresentação da documentação necessária ao credenciamento da referida empresa.

RESOLVE:

Art. 1º RENOVAR O CREDENCIAMENTO da empresa SENAT SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO TRANSPORTE, inscrita no CNPJ sob o nº 73.471.963/0148-73, nome de fantasia MARABA/PA-UNIDADE B-N 77, com estabelecimento na V BR 222, KM 03, Morada Nova, CEP:66.541-300, Marabá, com atuação na Região de Trânsito de Marabá, junto ao Departamento de Trânsito, para ministrar o(s) curso(s) de:

I- Mototaxista;

II- Motofretista;

III- Condutores de Veículo Escolar ;

IV- Condutores de Veículos de Produtos Perigosos;

V-Condutores de Transporte Coletivo de Passageiros e

VI-Condutores de Veículos de Emergência .

Art. 2º O credenciamento a que se refere o artigo anterior, terá validade de 02 (dois) anos a contar da publicação desta Portaria.

Art. 3º O prazo acima está vinculado a vistorias periódicas, podendo a qualquer tempo ser revogado, em caso de não atendimento dos requisitos legais da Resolução nº 358/2010 do CONTRAN e as portarias 506/2014 e 2016/2013 DG/DHCRV/CHC e demais legislações em vigor sobre a matéria.

Art. 4º Fica atribuído ao SENAT SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO TRANSPORTE o número de registro 1561 neste DETRAN/PA.

Art. 5º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Belém, 07 de fevereiro de 2017.

Andrea Yared de Oliveira Hass
Diretora Geral

Protocolo: 147135

PORTARIA Nº 436/2017-DG/DHCRV/CHC/GCCFC

A Diretora Geral do DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARÁ ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, e CONSIDERANDO o disposto no Art. 22, incisos I, II e X, da lei 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro, e suas alterações;

CONSIDERANDO o que estabelecem as Resoluções CONTRAN nº 168/2004 e 358/2010 e a PORTARIA Nº 506/2014 DETRAN-PA e demais atos normativos afins;

CONSIDERANDO o requerimento nº 2016/444661, apresentado pela empresa SENAT SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO TRANSPORTE, inscrita no CNPJ sob o nº 73.471.963/0148-73, nome de fantasia MARABA/PA-UNIDADE B-N 77, junto a esta Autarquia.

CONSIDERANDO que as exigências legais foram atendidas mediante a apresentação da documentação necessária ao credenciamento da referida empresa.

RESOLVE:

Art. 1º RENOVAR O CREDENCIAMENTO da empresa SENAT SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO TRANSPORTE, inscrita no CNPJ sob o nº 73.471.963/0148-73, nome de fantasia MARABA/PA-UNIDADE B-N 77, com estabelecimento na V BR 222, KM 03, Morada Nova, CEP:66.541-300, Marabá, com atuação na Região de Trânsito de Marabá, junto ao Departamento de Trânsito, para ministrar o(s) curso(s) de:

I- MOPP – Condutor de Produtos Perigosos;

II- Motofretista;

III- Condutor de Veículo de Emergência;

IV- Condutor de Veículo de Passageiro;

V-Condutor de Veículo Escolar e Condutor de Cargas Indivisíveis.

Art. 2º O credenciamento a que se refere o artigo anterior, terá validade de 02 (dois) anos a contar da publicação desta Portaria.

Art. 3º O prazo acima está vinculado a vistorias periódicas, podendo a qualquer tempo ser revogado, em caso de não atendimento dos requisitos legais da Resolução nº 358/2010 do CONTRAN e da Portaria 506/2014-DG/DHCRV/CHC e demais legislações em vigor sobre a matéria.

Art. 4º Fica atribuído ao SENAT SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO TRANSPORTE o número de registro 1561 neste DETRAN/PA.

Art. 5º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Belém, 07 de fevereiro de 2017.

Andrea Yared de Oliveira Hass
Diretora Geral

Protocolo: 147136

PORTARIA Nº 425/2017 – CCCLIN/DHCRV/DG

A DIRETORA GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

I - Determinar, com fulcro nos artigos 82, caput, da PORTARIA Nº 3280/2014 c/c art. 25, caput, da Resolução nº 425 CONTRAN, a instauração de PROCESSO ADMINISTRATIVO, em face da Clínica T. C. M. P. T, considerando os fatos constantes nos Processos de nº 2016/350222 e nº 2016/398544 , assegurando-se à credenciada os princípios constitucionais do Contraditório e da Ampla Defesa.

II – Determinar que a Comissão de Credenciamento de Clínicas proceda à apuração do fato referido no item precedente.

III – Estabelecer o prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação desta portaria, para a conclusão dos trabalhos de apuração, com possibilidade de prorrogação por igual prazo, mediante justificativa.

IV – Delegar à Diretoria de Habilitação de Condutores e Registro de Veículos – DHCRV a aplicação das penalidades previstas no capítulo VII da PORTARIA Nº 3280/2014 – DG/DETRAN.

Belém, 23 de janeiro de 2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

Andrea Yared De Oliveira Hass

Diretora Geral

DOE 33.040

Protocolo: 147060

ADMISSÃO DE SERVIDOR

PORTARIA Nº 443/2017-DG/CGP, DE 14/02/2017

A Diretora Geral do Departamento de Trânsito do Estado do Pará – DETRAN/PA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

R E S O L V E:

NOMEAR o senhor LEONARDO AUGUSTO UCHÔA DAS NEVES, para exercer o Cargo em Comissão, DAS-04, de Coordenador de Suporte Tecnológico, da Diretoria de Tecnologia e Informática neste Departamento.

Os efeitos desta Portaria entrarão em vigor em 15/02/2017.

ANDREA YARED DE OLIVEIRA HASS

Diretora Geral

Protocolo: 147377

TÉRMINO DE VÍNCULO DE SERVIDOR

PORTARIA Nº 442/2017-DG/CGP, DE 14/02/2017

A Diretora Geral do Departamento de Trânsito do Estado do Pará – DETRAN/PA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

R E S O L V E:

EXONERAR o servidor Taynan Monteiro Pereira, Analista de Suporte Técnico, matrícula 55587609/1, do Cargo em Comissão, DAS-04, de Coordenador de Suporte Tecnológico, da Diretoria de Tecnologia e Informática neste Departamento.

Os efeitos desta Portaria entrarão em vigor em 15/02/2017.

ANDREA YARED DE OLIVEIRA HASS

Diretora Geral

Protocolo: 147378

FUNDO DE INVESTIMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA

PORTARIA

PORTARIA Nº 001/2017 – FISP DE BELÉM, 08 DE FEVEREIRO DE 2017

BELARMIRA FÁTIMA SOUZA PANTOJA, Diretora e Ordenadora de Despesa do Fundo de Investimento de Segurança Pública – FISP, por designação legal, etc,...CONSIDERANDO: O Processo 2015/510530, através do qual, o Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Pará solicita a aquisição de EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (Escudos anti tumulto 2mm, Cotoveleiras Táticas, Capacetes anti tumulto de 3mm e Caneleiras anti tumulto) para atender o Comando de Missões Especiais – CME; CONSIDERANDO: Os termos da PORTARIA 029/2016 – FISP de 27.09.2016, que designou a Comissão de CONFERÊNCIA e RECEBIMENTO dos equipamentos, composta pelos servidores MAJOR/PM – NELSON ALVES DE SENA – Presidente; SUB/TEN/RR – HELEILSON GONZAGA COSTA OLIVEIRA e SGT/PM – JOÃO RIVAIS FARIAS DA SILVA, como membros; CONSIDERANDO: Os termos do e-mail datado de 08.02.17, em que comunica a transferência do MAJOR/PM – NELSON ALVES DE SENA para o PM4 do EMG;RESOLVE: SUBSTITUIR o MAJOR/PM – NELSON ALVES DE SENA da presidência da Comissão referida acima pelo CAP – JOAQUIM BATISTA BARROS.REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE BELARMIRA FÁTIMA SOUZA PANTOJA Diretora e Ordenadora do FISP

Protocolo: 147129

SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA Nº 145/2017 – CGP/SUSIPE BELÉM, 13 DE FEVEREIRO DE 2017.

VITOR RAMOS EDUARDO, Corregedor-Geral Penitenciário do Estado do Pará, em exercício, no uso de suas atribuições legais e CONSIDERANDO que é obrigação da autoridade pública, ao

tomar ciência deirregularidade no serviço público, promover a apuração imediata dos fatos, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurando ao acusado ampla defesa, nos termos do art. 199 da Lei nº 5.810/1994 – Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Estado do Pará (RJU).

RESOLVE:

I – Determinar a instauração de **Sindicância Administrativa Disciplinar**, objetivando apurar responsabilidade administrativa e funcional do servidor **LAURENILSON MEDEIROS BEZERRA**, acerca da fuga do preso EDWARD DA SILVA VIEIRA, pertencente à população carcerária do Centro de Recuperação Agrícola "Silvio Hall de Moura", ocorrida no dia 23/03/2016, quando internado no Hospital Pronto Socorro Municipal de Santarém. Ressalta-se que o servidor incorreu, em tese, no ilícito administrativo descrito no artigo 177, inciso VI, c/c art. 189, ambos da Lei nº 5.810/1994 – RJU.

II – Constituir Comissão composta pelos servidores **JAYMERSON CARLOS PEREIRA MARQUES, Procurador Autárquico do Estado, Presidente**, RODRIGO COSTA PINHEIRO DE SOUSA, Agente Administrativo, Membro, e **FABRÍCIO DA SILVA RABELO**, Assistente Administrativo, membro.

III – Deliberar que os membros da Comissão tenham dedicação exclusiva podendo se reportar diretamente aos Núcleos e Departamentos deste órgão e aos demais órgãos da Administração Pública, para as diligências necessárias à instrução do feito.

IV – Determinar à referida Comissão que obedeça ao estatuído no artigo 201, parágrafo único, da Lei nº 5.810/1994-RJU, assim como, deverá a mesma apresentar Relatório Conclusivo ao final da apuração.

Dê-se ciência, Publique-se e Cumpra-se.

VITOR RAMOS EDUARDO

Corregedor-Geral Penitenciário do Estado, em exercício

Protocolo: 147182

PORTARIA Nº 146/2017 – CGP/SUSIPE BELÉM, 13 DE FEVEREIRO DE 2017.

VITOR RAMOS EDUARDO, Corregedor-Geral Penitenciário do Estado do Pará, em exercício, no uso de suas atribuições legais e CONSIDERANDO que é obrigação da autoridade pública, ao tomar ciência deirregularidade no serviço público, promover a apuração imediata dos fatos, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurando ao acusado ampla defesa, nos termos do art. 199 da Lei nº 5.810/1994 – Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Estado do Pará (RJU).

RESOLVE:

I – Determinar a instauração de **Sindicância Administrativa Disciplinar**, objetivando apurar responsabilidade administrativa e funcional do servidor **JOSÉ ANTÔNIO RIBEIRO**, acerca da liberação indevida do preso BRENO PEREIRA DOS SANTOS, pertencente à população carcerária da Central de Triagem de São Brás - CTSB, ocorrida no dia 28/08/2016. Ressalta-se que o servidor incorreu, em tese, nos ilícitos administrativos descritos no artigo 177, inciso VI, e art. 189, ambos da Lei nº 5.810/1994 – RJU.

II – Constituir Comissão composta pelos servidores **JAYMERSON CARLOS PEREIRA MARQUES, Procurador Autárquico do Estado, Presidente**, ANDRE EPIFÂNIO MARTINS, Procurador Autárquico do Estado, Membro, e **FABRÍCIO DA SILVA RABELO**, Assistente Administrativo, membro.

III – Deliberar que os membros da Comissão tenham dedicação exclusiva podendo se reportar diretamente aos Núcleos e Departamentos deste órgão e aos demais órgãos da Administração Pública, para as diligências necessárias à instrução do feito.

IV – Determinar à referida Comissão que obedeça ao estatuído no artigo 201, parágrafo único, da Lei nº 5.810/1994-RJU, assim como, deverá a mesma apresentar Relatório Conclusivo ao final da apuração.

Dê-se ciência, Publique-se e Cumpra-se.

VITOR RAMOS EDUARDO

Corregedor-Geral Penitenciário do Estado, em exercício

Protocolo: 147183

PORTARIA Nº 114/2017-GAB/SUSIPE BELÉM, 13 DE FEVEREIRO DE 2017

ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA, Superintendente do Sistema Penitenciário do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO não precluir a extinção do poder disciplinar da Administração depois de esgotado o prazo para término dos trabalhos da comissão, necessário se faz a concessão de novos e subsequentes prazos para a elucidação dos fatos sob apuração, com espeque na busca da verdade material, e à luz de princípios como os da eficiência, moralidade e duração razoável do processo.

CONSIDERANDO que a análise dos autos demonstra ter a Comissão envidado todos os esforços necessários no sentido da instrução e conclusão do feito.

CONSIDERANDO ser pacífico o entendimento do Superior Tribunal de Justiça no sentido da não conclusão do processo administrativo disciplinar no prazo legal não constituir nulidade.